



FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PLANO DE ENSINO

**1. IDENTIFICAÇÃO**

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Direito Tributário				
<b>UNIDADE OFERTANTE:</b> Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”				
<b>CÓDIGO:</b> GDR045		<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 9º Período		<b>TURMA:</b> A
<b>CARGA HORÁRIA</b>			<b>NATUREZA</b>	
<b>TEÓRICA:</b> 90h/a	<b>PRÁTICA:</b> -	<b>TOTAL:</b> 90h/a	<b>OBRIGATÓRIA:</b> (X)	<b>OPTATIVA:</b> ( )
<b>PROFESSOR(A):</b> Prof <sup>fa</sup> . Dra <sup>o</sup> Marcela Cunha Guimarães				<b>ANO/SEMESTRE:</b> 2022-2 (ref. 2023)
<b>OBSERVAÇÕES:</b> -				

**2. EMENTA**

Direito Tributário. Tributo. Fontes do Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária. Princípio Constitucionais Tributários. Competência Tributária. Imunidades tributárias. Norma Tributária. Obrigação Tributária. Constituição do Crédito Tributário. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Infrações e sanções tributárias. Garantias e privilégio do crédito Tributário. Administração tributária.

**3. JUSTIFICATIVA**

Conhecer o direito tributário positivo de forma sistemática, notadamente sob a ótica constitucional e complementar, bem como sua interpretação e aplicação, de modo a oferecer ao estudante instrumentos para os problemas que a vida profissional irá lhe impor, aliando-se assim a ciência com a experiência.

**4. OBJETIVOS**

Proporcionar o conhecimento da atuação dos Entes Tributantes no que diz respeito à instituição, constituição, fiscalização e administração dos tributos. Assim, será objeto de estudo o sistema normativo tributário, tendo como pilar a Constituição Federal, como norma estrutural, outorgando e limitando as competências tributárias, e o Código Tributário Nacional como norma geral de direito tributário.



## 5. PROGRAMA

**UNIDADE 1 - Compreendendo o Direito Tributário e seu objeto de estudo e a estruturação da normativa**

**UNIDADE 2 - Definição de Tributo**

**UNIDADE 3 - Regra Matriz de Incidência Tributária**

**UNIDADE 4 - Sistema Constitucional Tributária**

4.1 - Espécies Tributárias

4.2 - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar

*4.2.1 - Princípios*

*4.2.2 – Imunidades*

**UNIDADE 5 - Fontes do Direito Tributário**

**UNIDADE 6 - Interpretação, Aplicação, vigência e Integração da Legislação Tributária.**

**UNIDADE 7 – Análise da fenomenologia da Incidência Tributária**

**UNIDADE 8 - Fato Gerador**

**UNIDADE 9 - Obrigação Tributária**

**UNIDADE 10 - Sujeitos da Obrigação**

10.1 Sujeição Ativa

10.2 Sujeição Passiva

*10.2.1 Disposições Gerais*

*10.2.2 Convenções Particulares*

*10.2.3 Solidariedade*

*10.2.4 Capacidade Tributária*

10.3 Contribuinte

10.4 Responsável

*10.4.1 Classificação e modalidades de responsabilidade*

**UNIDADE 11 – Domicílio Tributário**

**UNIDADE 12 - Responsabilidade por Infração**

12.1 Administrativas

12.2 Penais

12.3 Denúncia Espontânea/Excludente de Responsabilidade

**UNIDADE 13 – Crédito Tributário**

13.1 Natureza Crédito Tributário

13.2 Lançamento: modalidades de constituição do crédito tributário

**UNIDADE 14- Suspensão do Crédito Tributário, Extinção do Crédito Tributário e Exclusão do Crédito Tributário**

**UNIDADE 15 – Garantias e privilégios do Crédito Tributário**

**UNIDADE 16 – Administração Tributária**

---



## 6. METODOLOGIA

Aulas expositivas sobre os conteúdos teóricos, com a utilização de material de apoio em formato de *slides*, bem como debates sobre decisões relacionadas ao tópico ensinado, casos práticos e questões controvertidas, além de disposição de estudos dirigidos para fins de fixação da matéria.

Além disso, será utilizada a plataforma Teams para a disponibilização de materiais complementares, para comunicação geral e ampla com a turma e para a entrega das atividades avaliadas.

### **CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

**Estudo de Caso 1:** após finalizada a Unidade 01 (04 pontos)

**Estudo de Caso 2:** após finalizadas as Unidades 02 e 03 (05 pontos)

**Estudo de Caso 3:** após finalizada a Unidade 4 (05 pontos)

**Estudo de Caso 4:** após finalizadas da Unidade 05 à 12 (05 pontos)

**Estudo de Caso 5:** após finalizadas as Unidades 13 e 14 (05 pontos)

Os estudos dirigidos deverão ser entregues em até 01 semana após finalizada a unidade respectiva.

As partes escritas dos estudos de casos deverão ser entregues até a noite anterior à discussão que será feita em sala de aula.

Os estudos dirigidos e as partes escritas dos estudos de casos deverão ser entregues tempestivamente por meio da plataforma Teams.

As datas das provas e da atividade de recuperação serão definidas em conjunto com a turma, no decorrer do semestre.

---

## 7. AVALIAÇÃO

- 02 avaliações estilo prova, valendo 30 pontos cada (totalizando 60 pontos);
- 05 estudos de caso (cases), valendo 04 pontos ou primeiro e 05 pontos cada um dos demais (totalizando 24 pontos);
- 16 estudos dirigidos, valendo 01 ponto cada (totalizando 16 pontos).

Ao final, será disponibilizada uma avaliação de recuperação de nota, para aqueles discentes que não tiverem atingido 60 pontos, mas contarem com o mínimo de 75% de presença.

---



## 8. BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13ª ed. São Paulo: Forense, 2015.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. Constituição e Código Tributário Nacional. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- LINS, Robson Maia. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Noeses, 2019.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito Tributário. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios. 18ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
- \_\_\_\_\_. Segurança Jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016. \_\_\_\_\_ . Sistema Constitucional Tributário. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- \_\_\_\_\_. Teoria da igualdade tributária. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BECHO, Renato Lopes. Lições de Direito Tributário. Teoria Geral e Constitucional. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 6. Ed. São Paulo: Noeses, 2013.
- CARDOSO, Alessandro Mendes. O dever fundamental de recolher tributos. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2014.
- CAIS, Cleide Previtalli. O processo tributário. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017. \_\_\_\_\_ . Reflexões Sobre Obrigação Tributária. São Paulo: Noeses, 2010.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, linguagem e método. 6ª ed. São Paulo: Noeses, 2015. \_\_\_\_\_ . Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CARVALHO, Aurora Tomazini De. Teoria Geral do Direito Tributário. O Constructivismo Lógico Lógico Semântico. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2014.
- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 15ª ed. São Paulo: Forense, 2016.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**



CONRADO, Paulo Cesar. Processo Tributário. 3ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

DERZI, Mizabel Abreu Machado. Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário. 1ª ed. São Paulo: Noeses, 2009.

GAMA, Tácio Lacerda. Competência tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade. 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2013.

FERRAGUT, Maria Rita. Responsabilidade tributária e o código civil de 2002. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2013.

FLEISCHACKER, Samuel. Uma breve história da justiça distributiva. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 26ª ed. rev.e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

HOLMES, Stephen e SUNSTEIN, Cass R. El costo de los derechos: por qué la libertad depende de los impuestos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

LEITE, Harrison. Manual de Direito Financeiro. 5ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro. Administrativo e Judicial. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Constitucional Tributário. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

PEIXOTO, M. M; LACOMBE, R.S. M. (Org.). Comentários ao Código Tributário Nacional. 2ª ed. São Paulo: MP, 2008.

MARQUES, Márcio Severo. Classificação Constitucional de Tributos. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MURPHY, Liam e NAGEL, Thomas. O Mito da propriedade: os impostos e a justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NABAIS, José Casalta. O dever fundamental de pagar impostos. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2009.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro Esquemático. 6ª ed. Forense/Método: São Paulo, 2017.

SABBAG, Eduardo de Moraes (org.). Código Tributário Nacional com interpretação jurisprudencial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Decadência e Prescrição no Direito Tributário. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. \_\_\_\_\_ Lançamento Tributário. São Paulo: Saraiva, 2010. \_\_\_\_\_. (Org.). Curso de Especialização em Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no Direito Tributário. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2013.

VERGUEIRO, Camila Campos. Obrigação tributária. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

---

## 9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: /\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Coordenação do Curso de Graduação em: \_\_\_\_\_